

REFLEXOS DA INCLUSÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NA QUALIDADE E NOS HONORÁRIOS DE AUDITORIA DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO DO BRASIL

REFLECTIONS OF INCLUDING KEY AUDIT MATTERS IN THE AUDIT QUALITY AND AUDIT FEES OF PUBLICLY TRADED COMPANIES IN BRAZIL

PRISCILA DOS SANTOS FERNANDES MELO¹

Universidade de São Paulo

● <https://orcid.org/0009-0002-6340-9842>
primelo.1979@gmail.com

GUILLERMO OSCAR BRAUNBECK

Universidade de São Paulo

● <https://orcid.org/0000-0003-1114-5136>
braunbeck@usp.br

BRUNO MEIRELLES SALOTTI

Universidade de São Paulo

● <https://orcid.org/0000-0002-2735-7048>
brunofea@usp.br

RAQUEL SALES DA SILVA COSTA

Universidade de São Paulo

● <https://orcid.org/0000-0003-4850-4323>
raquel.sales.silva@usp.br

RESUMO

Considerando o contexto das modificações implementadas pela ISA 700 revisada, que demandou a inclusão de itens como os Principais Assuntos de Auditoria (PAA), este artigo teve como objetivo verificar os reflexos das mudanças na ISA 700 na qualidade e nos honorários da auditoria. Foram coletados dados contábeis, de mercado e informações sobre as firmas de auditoria responsáveis e as quantidades de PAAs divulgados pelas companhias de capital aberto do Brasil, dos períodos de 2014 a 2017. Em geral, os resultados não demonstraram evidências de melhoria na qualidade de auditoria após a adoção da ISA 700 revisada. Os honorários de auditoria também não apresentaram alterações estatisticamente significantes na comparação do período pré e pós adoção do novo requerimento. Assim, o estudo concluiu que, durante o período de quatro anos em torno da adoção dos novos requisitos, não houve evidências de aumento na qualidade da auditoria ou nos honorários dos auditores para as empresas de capital aberto no Brasil. O presente artigo amplia as discussões acadêmicas para o mercado de capitais brasileiro acerca das implicações da inclusão dos PAAs nos relatórios de auditoria, bem como na análise dos efeitos práticos da aplicação das normas expedidas pelos órgãos reguladores.

Palavras-chave: Auditoria. Qualidade de auditoria. Honorários de auditoria. Principais Assuntos de Auditoria.

Editado em português e inglês. Versão original em português.

Este artigo é derivado de: Melo, P. S. F. (2019). *Impacto da inclusão dos principais assuntos de auditoria na qualidade e nos honorários de auditoria das companhias de capital aberto do Brasil*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].

¹ **Endereço para correspondência:** Avenida Professor Luciano Gualberto, 908 | Butantã | 05508-010 | São Paulo/SP | Brasil.

Recebido em 21/11/2023. **Revisado em** 17/04/2024. **Aceito em** 19/04/2024 pelo Prof. Dr. Rogério João Lunkes (Editor-Chefe). **Publicado em** 13/05/2024.

Copyright © 2024 RCCC. Todos os direitos reservados. É permitida a citação de parte de artigos sem autorização prévia, desde que identificada a fonte.

ABSTRACT

Considering the context of the changes implemented by the revised ISA 700, which required including items such as Key Audit Matters (KAMs), this article aimed to examine the effects of the changes in ISA 700 on audit quality and fees. Accounting and market data, information on the responsible audit firms, and the number of KAMs disclosed by publicly traded companies in Brazil were collected from 2014 to 2017. Overall, the results did not demonstrate evidence of improvement in audit quality after adopting the revised ISA 700. Audit fees also did not show statistically significant changes when comparing the period before and after adopting the new requirement. So, the study concluded that, during the four-year period surrounding the adoption of the new requirements, there was no evidence of an increase in audit quality or auditor fees for publicly traded companies in Brazil. This article expands academic discussions in the Brazilian capital market regarding the implications of including KAMs in audit reports, as well as the analysis of the practical effects of applying standards issued by regulatory bodies.

Keywords: Auditing. Audit Quality. Audit Fees. Key Audit Matters.

1 INTRODUÇÃO

Após a crise financeira mundial de 2008 houve um aumento nas discussões sobre o papel dos auditores no mercado de capitais, atendendo a diversos *stakeholders*, como sócios, investidores profissionais, indivíduos, credores, governo e analistas. Isso levou à revisão das normas profissionais de auditoria, resultando na criação da *International Standard on Auditing 700 (ISA 700)* revisada. A norma introduziu diversas mudanças, incluindo a divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) no relatório do auditor. Os PAAs se concentram nos riscos da entidade auditada e nas ações tomadas pelos auditores para mitigar os riscos de distorção relevante relacionados a esses assuntos.

Silviu e Timea (2015) analisaram as cartas de comentário enviadas ao *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)* em resposta ao *Exposure Draft* sobre a proposta do novo relatório do auditor. Os autores observaram que havia uma percepção de que as alterações poderiam não implicar em melhorias na qualidade da informação para os usuários, apesar de reconhecerem a importância da revisão das normas de relatório aplicáveis às auditorias. Chalmers (2013) ressalta que, apesar de a nova norma exigir a divulgação de riscos já identificados e avaliados como parte inerente ao processo de auditoria, pode ser necessária a execução de procedimentos adicionais relacionados com o controle de qualidade e revisões por membros mais seniores da equipe de auditoria, o que poderia elevar os honorários de auditoria.

Nesse contexto de alterações significativas na forma como o auditor comunica os resultados do processo de auditoria das entidades auditadas aos usuários das demonstrações contábeis, torna-se importante conhecer os possíveis impactos no ambiente brasileiro. Portanto, o problema que norteia este artigo é: **quais os reflexos das mudanças na ISA 700 no Brasil na qualidade e nos honorários da auditoria?** Assim, o objetivo deste artigo é verificar os reflexos das mudanças na *ISA 700* na qualidade e nos honorários da auditoria.

Esse objetivo se justifica pois, de acordo com DeFond e Zhang (2014), a complexidade crescente das operações e normas contábeis pode potencializar o valor de uma auditoria. Como consequência disso, também é razoável supor um aumento dos custos dos auditores, dada a maior demanda por competência técnica e maior número de horas utilizadas.

Ademais, as empresas brasileiras, mesmo diante de desafios, têm buscado uma melhoria da qualidade das informações contábeis visando a ampliação da base de investidores. Assim, conhecer os possíveis efeitos das alterações implementadas com novos normativos, como o novo modelo de relatório de auditor independente e verificar os seus reflexos na qualidade de auditoria no mercado de capitais brasileiro se mostra relevante.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estudo seminal de DeAngelo (1981) define a qualidade de auditoria como uma função conjunta da competência do auditor e da sua independência. A competência diz respeito à probabilidade de se detectar uma distorção relevante, caso exista. A independência diz respeito à probabilidade de que, tendo sido detectada uma distorção relevante não corrigida nas demonstrações financeiras, o auditor a informe em seu relatório.

Estudos acadêmicos têm investigado os efeitos da adoção do novo relatório dos auditores independentes nas demonstrações financeiras das empresas, especialmente devido à inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). Tal inclusão pode afetar a percepção da responsabilidade dos auditores, levando-os a ajustar o planejamento e a execução dos trabalhos de auditoria, incluindo testes para cumprir os novos requisitos de divulgação, o que pode impactar tanto a qualidade da auditoria quanto os honorários dos auditores.

As evidências apontam para efeitos significativos na percepção da utilidade das demonstrações contábeis e das responsabilidades dos auditores. Backof et al. (2022) observaram o aumento da percepção da responsabilidade do auditor decorrente dos PAAs. Kachelmeier et al. (2019) encontraram que a responsabilidade dos auditores pode ser significativamente menor a depender do tipo de PAA, representando "renúncia" de responsabilidade para as áreas de alto risco identificadas. Brasel et al. (2016) e Brown et al. (2016) também mostram que determinados PAAs podem reduzir a responsabilidade dos auditores, atuando como "aviso prévio" para usuários de que questões controversas estão presentes nas demonstrações financeiras. Gimbar et al. (2016), ao analisarem o impacto do novo relatório de auditoria com PAAs, trazem como variável de análise a precisão do padrão contábil e encontram evidências de que a responsabilidade do auditor aumenta com PAA quando uma questão contábil é direcionada por um padrão contábil preciso e o tratamento contábil do cliente está de acordo com a lei.

Considerando ambientes de padrões contábeis mais precisos e riscos de litígios, Pinto e Morais (2018) buscaram determinar os fatores que influenciam o número de PAAs em empresas do Reino Unido, França e Holanda. Os resultados mostraram que um maior número de segmentos de negócios e padrões contábeis mais precisos levam à divulgação de um número maior de PAAs e que há associação positiva entre honorários de auditoria e o número de PAAs divulgados.

DeFond e Zhang (2014) definem a qualidade de auditoria como diretamente ligada à qualidade das demonstrações contábeis sendo uma construção contínua influenciada tanto pelas características inerentes das empresas quanto pelos sistemas e processos de preparação das demonstrações contábeis. A literatura da área utiliza *proxies* na mensuração da qualidade de auditoria associada à qualidade das demonstrações contábeis. Devido ao fato de a qualidade das demonstrações contábeis ser um construto conceitualmente amplo, os pesquisadores de qualidade de auditoria utilizam essa métrica com o objetivo de detectar o gerenciamento oportunista de resultados. Entende-se que haveria menor probabilidade ou mesmo limitação na gestão oportunista dos resultados na presença de alta qualidade de auditoria.

Nesse contexto, o relatório dos auditores independentes com a inclusão dos PAAs poderia influenciar a qualidade de auditoria, sendo mais informativo aos usuários das demonstrações contábeis. Apesar das limitações inerentes às métricas de qualidade de auditoria, é útil e viável utilizar como *proxy* a qualidade das demonstrações contábeis, seguindo Reid et al. (2019). Este trabalho analisou os impactos na qualidade das demonstrações contábeis e nos custos de auditoria após as reformas regulatórias pela revisão da *ISA 700 (revised June 2013)* emitida pelo *FRC* para Reino Unido e Irlanda. Os resultados mostram que os novos requisitos do relatório do auditor estão associados à melhoria significativa na qualidade das demonstrações contábeis (representado pelos *accruals* absolutos anormais), sem detectar custos incrementais significativos. A discussão sugere

que essas alterações estão associadas à redução no gerenciamento de ganhos oportunistas da administração.

Gutierrez et al. (2018) também investigaram as consequências da adoção do relatório de auditoria expandido no Reino Unido nos retornos absolutos anormais acumulados, honorários dos auditores e na qualidade de auditoria, sendo esta última variável representada pela *proxy* de valor absoluto dos *accruals* discricionários. Diferentemente do estudo de Reid et al. (2019), os resultados desta pesquisa não indicaram evidência de que o relatório do auditor expandido esteja associado com mudanças significativas na qualidade de auditoria.

Li et al. (2019) investigaram o impacto das mudanças nos relatórios de auditoria sobre a qualidade da auditoria e os honorários de auditoria no contexto da Nova Zelândia. Os resultados sugerem melhoria na qualidade da auditoria representada por uma redução nos *accruals* absolutos anormais, porém com aumento significativo nos honorários de auditoria. Assim, as evidências sugerem que os novos requisitos de relatório de auditoria trouxeram melhorias na qualidade da auditoria, mas esse benefício não foi neutro em relação aos custos.

Lennox et al. (2023) também investigaram se o relatório de auditoria expandido é mais informativo para os investidores no mercado do Reino Unido, observando a reação do mercado para o evento de divulgação do relatório do auditor com a inclusão dos PAAs. Os resultados apontaram para reações insignificantes no mercado, consistentes com as observações de Gutierrez et al. (2018), sugerindo que o conteúdo informacional dos PAAs já é conhecido antes da divulgação dos relatórios dos auditores.

Espera-se variabilidade nos efeitos da adoção de relatórios de auditoria com PAAs em diferentes países com diferentes ambientes regulatórios, legais e de mercado (Minutti-Meza, 2021; Riquebourg & Maroun, 2023). Particularmente no âmbito de economias emergentes, os relatórios de auditoria expandidos pelos PAAs podem ser mais informativos pela menor disponibilidade de fontes alternativas de informação (PCAOB, 2017). Nessa perspectiva, Goh et al. (2023) observaram para o mercado chinês, entre outras evidências sugestivas do caráter informativo incremental dos PAAs, que o coeficiente de resposta dos resultados contábeis (*earnings response coefficient*) é significativamente maior após a adoção de relatórios de auditoria expandidos na China Continental, evidência consistente com a perspectiva de que os PAAs melhoram as percepções dos investidores sobre a qualidade da divulgação financeira de uma empresa.

No que se refere ao contexto brasileiro, Matos (2017) identificou e analisou os PAAs com o foco nas divulgações sobre o risco de descontinuidade, tendo observado que as empresas auditadas pelas Big 4 e aquelas listadas em níveis diferenciados de governança apresentaram menores quantidades de PAAs reportados, ainda que as diferenças não sejam significativas.

Cruz et al. (2019) buscaram identificar os determinantes da quantidade de PAAs. Os resultados indicaram que empresas maiores, mais endividadas, com maiores honorários pagos às auditorias, com maior número de subsidiárias, auditadas por Big Four, com emissão de ADR, listadas no Novo Mercado, de setores regulamentados e com presença de conselho de auditoria, apresentam maior quantidade de PAAs. A relação inversa foi obtida ao considerar o tempo em que a auditoria exerce suas funções na empresa. Constatou-se também maior volume de PAA em função de uso de normas discricionárias, como o *impairment*, provisões, reconhecimento de receitas e tributos. Nessa mesma linha, Venturini et al. (2023) analisaram os determinantes da quantidade de PAAs das empresas não financeiras da B3 e concluíram que auditores de empresas maiores, menos rentáveis e com maior risco operacional divulgam mais PAAs.

Já Guedes et al. (2021) analisaram a relação entre os mecanismos de governança corporativa e os PAAs divulgados nos relatórios de auditoria das empresas listadas na B3 e observaram que o comitê de auditoria é um mecanismo de controle de governança corporativa capaz de amenizar os riscos da entidade, diminuindo a quantidade de PAAs divulgados. Já no caso de dualidade de funções do CEO, os resultados são inversos, mostrando aumento no número de PAAs.

Adicionalmente, Carvalho et al. (2024) estudaram a similaridade dos PAAs reportados para empresas listadas na B3 ao longo dos anos, o que poderia ser indicativo de padronização e baixo conteúdo informativo. Os resultados da pesquisa indicam um elevado grau de similaridade intertemporal (72,91%) e a existência de diferenças significativas na similaridade a depender da firma de auditoria, do setor econômico e da governança corporativa da entidade auditada.

2.1 Desenvolvimento das hipóteses

No Brasil, foi aprovada a Resolução n.º 1.231/09 do CFC na forma da NBC TA 700 que corresponde à *ISA 700* e dispõe sobre a formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. A NBC TA 700 também passou por algumas modificações desde 2009 até a versão revisada de 2016. Na referida resolução há o detalhamento de todas as alterações obrigatórias no formato do relatório emitido pelos auditores independentes, com a principal alteração na obrigatoriedade de informar em seção específica os PAAs.

Em relação ao novo modelo do relatório do auditor, na seção de “PAAs” devem ser incluídos os PAAs de forma detalhada e específica para informar aos usuários das demonstrações contábeis as áreas associadas a riscos significativos de distorção relevante, mesmo que não tenham sido identificadas distorções naquele momento. Com isso, **fica explícito no relatório do auditor quais os riscos significativos que a entidade auditada está exposta, considerando que essa informação pode ser relevante e utilizada como base para avaliações e decisões sobre possíveis investimentos**. Além disso, as seções que tratam das responsabilidades da administração e dos auditores exigem maior detalhamento e clareza das atividades desempenhadas pelas partes envolvidas no processo de auditoria das demonstrações contábeis, com o destaque adequado ao usuário sobre a abrangência de atuação de ambas.

Com as alterações significativas na *ISA 700* revisada, é importante conhecer os efeitos e as implicações das modificações implementadas nos relatórios dos auditores independentes. Sendo assim, esta pesquisa investiga se a qualidade de auditoria, considerando os relatórios de auditoria que passaram por modificações recentes, aumentou com a inclusão de itens considerados mais informativos aos usuários das demonstrações contábeis. Para isso, desenvolveu-se a seguinte hipótese:

H1: A qualidade de auditoria aumentou com a adoção da *ISA 700* (revised June 2016) no Brasil.

Vale relembrar a afirmativa de DeFond e Zhang (2014), de que “a complexidade crescente das transações de negócios e padrões contábeis aumentam o potencial de a auditoria adicionar valor”. Além da complexidade aumentar o potencial de contribuição dos auditores, essas novas normas podem aumentar os custos associados à auditoria, dada a necessidade de maior competência técnica ou utilização de maior número de horas por parte dos auditores, para manter a qualidade de auditoria. Em um ambiente mais complexo, a qualidade de auditoria estaria associada à competência do auditor, independência, reputação e seriedade em reportar as questões de riscos relevantes presentes nas empresas auditadas, bem como influenciar de forma significativa no aumento dos custos associados. Baseado nisso, foi desenvolvida a seguinte hipótese:

H2: Os honorários de auditoria aumentaram em função das alterações introduzidas pela adoção da *ISA 700* (revised June 2016) no Brasil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra e dados

A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, envolvendo a coleta e análise de dados extraídos das demonstrações contábeis, relatórios dos auditores independentes e formulários de referência. A amostra consiste em companhias abertas no Brasil. As companhias emitem demonstrações contábeis anuais por meio do formulário eletrônico denominado Demonstrações

Financeiras Padronizadas (DFP), entregue à CVM. A coleta de dados foi realizada por meio da base de dados Economatica, de onde foram extraídos os dados contábeis consolidados e de mercado para os anos de 2014 a 2017.

Foi realizada a coleta manual dos nomes das firmas de auditoria responsáveis pelos relatórios dos anos 2014 a 2017, em consulta à DFP no sítio da CVM; as quantidades e temas na seção de PAAs dos relatórios dos auditores para os anos de 2016 e 2017; e os honorários dos auditores para os anos de 2014 a 2017 dos Formulários de Referência, com algumas limitações como a falta de segregação clara entre serviços de auditoria e não auditoria, a não especificação do período abrangido e a ausência de divulgação de alguns honorários.

Para a delimitação da amostra, foram excluídos os dados de companhias de Finanças e Seguros e Fundos, já que os modelos de qualidade dos *accruals* não foram desenvolvidos considerando esses setores específicos, segundo Hanlon et al. (2014). Foram excluídas também companhias com o ativo total não informado ou menor que R\$ 1.000,00, receita não informada, negativa ou igual a zero e com patrimônio líquido negativo. A amostra resultante consistiu em 1.554 observações ao longo de quatro anos, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1

Seleção da amostra

	Quantidade de Observações
Companhias abertas do Brasil (2011 a 2017)	7.315
(-) Companhias com Ativo Total não informado	(2.976)
(-) Companhias do Setor “Finanças e Seguros” e “Fundos”	(780)
(-) Companhias com Receita menor ou igual a zero	(521)
(-) Companhias com Patrimônio Líquido negativo	(305)
Total de observações (2014 a 2017)	1.554

Fonte: Autores.

3.2 Modelos

Devido às limitações na observação direta da qualidade de auditoria, a mesma foi medida por meio da *proxy* de qualidade das demonstrações contábeis, seguindo Reid et al. (2019) que utilizaram *accruals* absolutos anormais (ABS_ACC) e honorários de auditoria (LN_FEE) como *proxy* para remuneração dos auditores.

3.2.1 Qualidade de Auditoria – Relatório do auditor independente – ISA 700 Revisada

Com o objetivo de verificar os reflexos após a adoção do novo relatório de auditoria na qualidade de auditoria, foi utilizado o seguinte modelo para o cálculo dos *accruals* absolutos anormais (ABS_ACC):

$$\begin{aligned}
 ABS_ACC_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 POST_{i,t} + \beta_2 SIZE_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \beta_4 LOSS_{i,t} + \beta_5 MB_{i,t} \\
 & + \beta_6 LEVERAGE_{i,t} + \beta_7 PRIOR_ACC_{i,t} + \beta_8 CFO_{i,t} + \beta_9 VOLATILITY_{i,t} \\
 & + \beta_{10} BIG4_{i,t} + IND_FE_{i,t}
 \end{aligned} \quad (1)$$

A descrição e método de cálculo de todas as variáveis utilizadas nos modelos deste artigo estão detalhadas na Tabela 2.

Espera-se que quando os *accruals* absolutos anormais (ABS_ACC) forem menores, isso reflita o comportamento menos oportunista da gestão e maior qualidade de auditoria. A variável de interesse, POST, é igual a 1 para os exercícios findos em ou a partir de dezembro de 2016, quando se tornou obrigatória a adoção do novo relatório do auditor pelas companhias no Brasil,

ou zero, caso contrário. Espera-se que o coeficiente dessa variável seja positivo e significativo. Características no nível da firma foram utilizadas como variáveis de controle, pois demonstram impacto nos *accruals* anormais segundo Carcello e Li (2013), além da inclusão dos efeitos fixos da indústria para capturar diferenças entre setores.

Para os *accruals* absolutos anormais (ABS_ACC), não há universalidade na forma de apuração e nem nas métricas utilizadas para avaliar a qualidade das demonstrações contábeis ou de auditoria. Seguindo Hope (2013), são utilizados dois modelos consagrados na literatura para determinação da *proxy*: Kothari et al. (2005) derivado do Modelo de Jones (1991) e Dechow e Dichev (2002) modificado por McNichols (2002), além dos modelos de qualidade dos *accruals* das receitas de Stubben (2010) e o percentual de magnitude dos *accruals* dos fluxos de caixa de Burgstahler et al. (2006).

O primeiro modelo aplicado foi o de Kothari et al. (2005), em que o valor dos *accruals* discricionários (ABS_ACC1), ajustados pelo desempenho, é dado por:

$$TA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \left(\frac{1}{AT_{i,t-1}} \right) + \beta_2 \Delta REC_{i,t} + \beta_3 PPE_{i,t} + \beta_4 ROA_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Em que os *accruals* totais são calculados segundo Kothari et al. (2005).

O segundo modelo aplicado foi de Dechow e Dichev (2002), modificado por McNichols (2002) para o cálculo dos *accruals* anormais através da variável ABS_ACC2:

$$TA_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 CFO_{i,t-1} + \beta_2 CFO_{i,t} + \beta_3 CFO_{i,t+1} + \beta_4 \Delta REC_{i,t} + \beta_5 PPE_{i,t} \quad (3)$$

Em que os *accruals* circulantes totais e o fluxo de caixa das atividades operacionais são calculados conforme McNichols (2002).

O terceiro modelo aplicado foi o de Stubben (2010), baseado nas receitas discricionárias para o cálculo dos *accruals* anormais, representado pela variável ABS_ACC3 e foi obtido pela seguinte regressão:

$$\Delta CTASREC_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \Delta REC_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (4)$$

O quarto modelo aplicado foi de Burgstahler et al. (2006) no qual o ABS_ACC4 é a medida de qualidade obtida pelo log da magnitude do valor dos *accruals* absolutos em relação aos fluxos de caixa:

$$ABS_ACC4_{i,t} = (LOG\ LOG \left| \frac{TA_{i,t}}{CFO_{i,t}} \right|) * (-1) \quad (5)$$

Adicionalmente, em linha com os testes aplicados por Reid et al. (2019), esse artigo investigou se a intenção ou divulgação dos PAAs exerce influência na qualidade das demonstrações contábeis, uma vez que procedimentos adicionais de auditoria refletem um maior número de riscos efetivamente identificados. Assim, foi incluída na Equação (1) a variável NUM_RISKS, que corresponde à quantidade de PAAs divulgados nos relatórios dos auditores no primeiro e segundo anos de adoção, e zero para os anos anteriores. Ainda, nesse mesmo modelo foi substituída a variável de controle NUM_RISKS pela NUM_RISKS_SIZE, que é a relação da quantidade de PAAs pelo ln dos ativos. A variável NUM_RISKS_SIZE tem o objetivo de minimizar possíveis distorções na utilização dos valores nominais dos números de PAAs, equalizando a possível ocorrência de uma quantidade significativa de PAAs para companhias relativamente menores em termos de total de ativos.

Apesar dos resultados divergentes da literatura, a substituição voluntária ou obrigatória da firma de auditoria pode impactar a qualidade da auditoria. Essa qualidade pode aumentar devido à revisão independente dos riscos das empresas auditadas, mas também pode diminuir, especialmente nos primeiros anos de atuação em um novo cliente, devido à falta de familiaridade com os fatores institucionais e sistêmicos das empresas auditadas. Na avaliação da qualidade de auditoria medida indiretamente pela *proxy* dos *accruals* absolutos anormais da Equação (1), foi também incluída uma variável que captura alterações recorrentes das firmas de auditoria MUD_AUD, que assume valor igual a 1 quando há a troca de firma de auditoria, e zero, caso contrário. Cabe destacar que a inclusão dessa variável de controle que considera os possíveis efeitos das trocas das firmas de auditoria não foi aplicada no estudo de Reid et al. (2019).

3.2.2. Honorários de auditoria

Com o objetivo de verificar os reflexos da adoção do novo relatório de auditoria nos custos de auditoria avaliados pelos honorários dos auditores, foi utilizado o seguinte modelo:

$$\begin{aligned} LN_FEE_A_{i,t} = & \beta_0 + \beta_1 POST_{i,t} + \beta_2 SIZE_{i,t} + \beta_3 ROA_{i,t} + \beta_4 LOSS_{i,t} + \beta_5 MB_{i,t} \\ & + \beta_6 LEVERAGE_{i,t} + \beta_7 PRIOR_ACC_{i,t} + \beta_8 CFO_{i,t} + \beta_9 VOLATILITY_{i,t} \\ & + \beta_{10} BIG4_{i,t} + IND_FE_{i,t} \end{aligned} \quad (6)$$

A Equação (6) considera as mesmas variáveis de interesse e de controle da Equação (1), porém com a inclusão da variável dependente LN_FEE_A, que representa o logaritmo natural dos honorários de auditoria. Como citado anteriormente, as modificações requeridas para o relatório do auditor podem afetar os custos de auditoria, refletindo em aumento nos honorários. Também foram realizados testes adicionais utilizando como base o modelo da Equação (6), incluindo as variáveis de controle NUM_RISKS, NUM_RISKS_SIZE e MUD_AUD.

Tabela 2

Variáveis utilizadas nos modelos

Variáveis dependentes

ABS_ACC1	<i>accruals</i> absolutos anormais obtidos pelo Modelo de Kothari <i>et al.</i> (2005) derivado do Modelo de Jones (1991)
ABS_ACC2	<i>accruals</i> absolutos anormais obtidos pelo Modelo Dechow e Dichev (2002) modificado por McNichols (2002)
ABS_ACC3	<i>accruals</i> absolutos anormais obtidos pelo Modelo de Stubben (2010)
ABS_ACC4	<i>accruals</i> absolutos anormais obtidos pelo Modelo de Burgstahler <i>et al.</i> (2006)
LN_FEE	logaritmo natural dos honorários de auditoria para o ano t.

Variáveis de interesse

BIG4	1 se a companhia é auditada por firma de auditoria “Big 4” e 0 caso contrário
BUSY	1, se o ano fiscal da companhia terminar em dezembro e zero caso contrário
CFO	fluxo de caixa operacional obtido pelo resultado das operações continuadas, somado às despesas de depreciação/amortização, subtraída a variação no ativo circulante desconsiderando a variação no caixa e equivalente de caixa, somado à variação do passivo circulante desconsiderada a variação nos empréstimos e financiamentos circulantes e a variação nos tributos a pagar. O valor obtido foi dividido pelo ativo total no final do ano t-1
$\varepsilon_{i,t}$	erro aleatório, que inclui as influências no comportamento da variável dependente que não podem ser explicadas linearmente pelo comportamento das demais variáveis
IND_FE	efeitos fixos da indústria baseados na criação de <i>dummies</i> para cada um dos 19 setores econômicos divulgados na base de dados do Economatica
INV	total de estoques dividido pelo total de ativos no final do ano t

LEVERAGE	valor dos empréstimos e financiamentos divididos pelo total de ativos no final do ano t
LOSS	1 se o lucro líquido da companhia for menor que zero e 0 caso contrário
MB	relação do valor de mercado da companhia pelo valor do patrimônio líquido no final do ano t
MUD_AUD	1 quando foi observada a troca de firma de auditoria e 0 caso contrário
NUM_RISKS	quantidade de PAAs divulgados nos relatórios dos auditores no primeiro e segundo anos de adoção do novo relatório, e zero para os anos anteriores
LN_RISKS_SIZE	quantidade de PAAs divulgados pelo logaritmo natural do ativo total no final do ano t
PRIOR_ACC	accruals do início do ano (resultado ou lucro líquido de operações continuadas mais despesa de depreciação e amortização, menos fluxo de caixa operacional) dividido pelo total de ativos no final do ano t-1
POST	1 para os exercícios findos em ou a partir de dezembro de 2016 na adoção obrigatória do novo relatório do auditor pelas companhias no Brasil ou 0 caso contrário
T_CTASREC	total de contas a receber pelo total de ativos no final do ano t
ROA	resultado ou lucro líquido de operações continuadas do ano t dividido pelo ativo médio
SIZE	o logaritmo natural de total de ativos no final do ano t
VOLATILITY	desvio padrão da receita líquida dos últimos três anos pelo ativo total no final de t-1

Fonte: Autores.

4 RESULTADOS

4.1 Estatísticas descritivas

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis do estudo:

Tabela 3

Estatísticas descritivas

	N	Média	DP	1º Quartil	Mediana	3º Quartil
Variáveis dependentes:						
ABS_ACC1	1176	-0,06377	0,06452	-0,08497	-0,04256	-0,01913
ABS_ACC2	785	-0,05656	0,05509	-0,07543	-0,04061	-0,01644
ABS_ACC3	1224	-0,02785	0,03662	-0,03321	-0,01510	-0,00696
ABS_ACC4	1411	0,88539	1,41083	0,10919	0,88256	1,62985
LN_FEE	1434	6,11094	1,39326	5,16459	6,07110	6,93828
Variáveis de interesse:						
SIZE	1554	14,51078	1,97441	13,53277	14,61493	15,70310
ROA	1477	0,02506	0,08245	0,01129	0,02455	0,06569
MB	899	16,07487	104,16270	0,54834	1,13272	2,19556
LEVERAGE	1553	0,32057	0,20486	0,14944	0,33420	0,45946
PRIOR_ACC	1411	-0,01579	0,08293	-0,05623	-0,01198	0,02425
CFO	1411	0,09974	0,20808	0,01056	0,09186	0,18920
VOLATILITY	1340	0,07561	0,08745	0,02587	0,05171	0,08961
INV	1554	0,06294	0,09590	-	0,00588	0,10766
T_CTASREC	1548	0,13128	0,12877	0,03677	0,09570	0,17882
NUM_RISKS	1554	1,33505	1,67620	-	-	3,00000
NUM_RISKS_SIZE	1554	0,09064	0,11181	-	-	0,17708

Para todas as variáveis contínuas foi utilizada a técnica de *winsorize* nos níveis de 1º e 99º percentis, exceto as que estão na forma de logaritmo. DP é o desvio padrão. N é o número de observações úteis para cada variável.

Fonte: Autores.

O painel desbalanceado utilizado nesse artigo resultou em uma amostra geral de 1.554 observações considerando o período de quatro anos. Em relação à remuneração dos auditores paga pelas companhias de capital aberto no Brasil, observa-se que 94% estavam concentradas nas “Big 4” (KPMG – 31%; Ernst & Young – 20%; PwC – 26%; e Deloitte – 18%) e os 6% restantes distribuídos entre 68 firmas de auditoria. Em termos de concentração no mercado, medido pelos de total de ativos auditados, verifica-se que 91% estavam concentradas nas “Big 4” (KPMG – 38%; PwC – 27%; Deloitte – 13%; e Ernst & Young – 13%) e os 9% restantes distribuídos entre as 68 firmas de auditoria.

Foi calculada a quantidade de companhias e PAAs, segregadas por setor econômico divulgado na base de dados do Economatica, que apresentaram as demonstrações contábeis com os relatórios dos auditores independentes de acordo com a ISA 700 revisada. A amostra está concentrada em setores como Energia Elétrica, Transporte e Serviços, Construção, Comércio, Têxtil e Siderurgia e Metalurgia representando 53,2% do total de companhias analisadas e os PAAs concentrados nos setores de Energia Elétrica, Transporte e Serviços, Construção, Comércio e Alimentos e Bebidas representando 51,0% do total de companhias analisadas.

Em relação aos assuntos dos PAAs mais frequentemente abordados nos relatórios dos auditores independentes, identificou-se que os tópicos mais citados são a avaliação de "Redução por perda do valor recuperável dos ativos", seguido por "Receitas", "Provisões e Passivos Contingentes" e "Impostos e Questões Fiscais". A mensuração dos valores a serem registrados contabilmente nesses tópicos geralmente envolve incertezas, seja pela subjetividade na adoção de premissas e projeções seja por desafios operacionais relacionados ao processamento de dados.

4.2 Resultados das regressões

4.2.1 Qualidade de auditoria – Relatório do auditor independente

A Tabela 4 demonstra o resultado da regressão para o teste de H1. No Painel A estão os resultados para o modelo da Equação (1); o Painel B demonstra os resultados do mesmo modelo adicionando o número de PAAs divulgados e o Painel C demonstra os resultados adicionando a mudança de firma de auditoria. Os valores do ABS_ACC foram multiplicados por -1 com objetivo de facilitar a interpretação dos resultados. Assim, a expectativa é que o coeficiente da variável de interesse POST demonstre maior qualidade de auditoria quando for positivo e significativo.

Tabela 4

Qualidade de auditoria

Painel A: Métricas de qualidade com base nos <i>accruals</i>				
	ABS_ACC1	ABS_ACC2	ABS_ACC3	ABS_ACC4
POST	-0.00662	0.00212	0.00325	-0.192**
	(-1.460)	(0.416)	(1.303)	(-2.059)
Constant	-0.175***	-0.0991***	-0.107***	1.242**
	(-6.298)	(-3.658)	(-6.293)	(2.488)
R ²	0.132	0.201	0.159	0.129
N	662	465	662	841
Painel B: Métricas de qualidade com base nos <i>accruals</i> – Inclui NUM_RISKS				
	ABS_ACC1	ABS_ACC2	ABS_ACC3	ABS_ACC4
POST	-0.000874	0.00827	0.0105**	-0.0447
	(-0.096)	(0.715)	(2.281)	(-0.224)
	(0.423)	(1.815)	(0.239)	(-0.564)
NUM_RISKS	-0.00192	-0.00202	-0.00242*	-0.0498
	(-0.729)	(-0.572)	(-1.757)	(-0.888)
Constant	-0.180***	-0.103***	-0.114***	1.127**
	(-6.356)	(-3.712)	(-6.527)	(2.174)

R ²	0.133	0.202	0.162	0.130
N	662	465	662	841
Painel C: Métricas de qualidade com base nos <i>accruals</i> – Inclui MUD_AUD				
	ABS_ACC1	ABS_ACC2	ABS_ACC3	ABS_ACC4
POST	-0.00617	0.00227	0.00392	-0.220**
	(-1.337)	(0.443)	(1.590)	(-2.356)
MUD_AUD	-0.00248	-0.00183	-0.00368	0.168
	(-0.477)	(-0.236)	(-1.165)	(1.536)
Constant	-0.174***	-0.0987***	-0.107***	1.203**
	(-6.296)	(-3.633)	(-6.237)	(2.419)
R ²	0.133	0.201	0.161	0.132
N	662	465	662	841

Para todas as variáveis contínuas foi utilizada a técnica de *winsorize* nos níveis de 1º e 99º percentis, exceto as que estão na forma de logaritmo. N é o número de observações úteis para cada variável. A estatística t está apresentada entre parênteses. Os erros-padrão são robustos à heterocedasticidade. As regressões foram estimadas com efeito fixo da indústria, assim a variável IND_FE não apresenta resultados quando aplicada o modelo. Os níveis de significância estatística estão demonstrados por * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01, que representam, respectivamente, 10%, 5% e 1%.

Fonte: Autores.

Na Tabela 4 Painel A, verifica-se nas regressões aplicadas utilizando as métricas de ABS_ACC1, ABS_ACC2 e ABS_ACC3 que a variável de interesse POST não apresentou significância estatística. Já a métrica ABS_ACC4 apresentou o coeficiente da variável de interesse negativo e estatisticamente significativo no nível de 5%, indicando piora na qualidade de auditoria. Conforme esperado no contexto da pesquisa, a variável POST deveria apresentar coeficiente positivo, sugerindo melhora na qualidade da auditoria após a implementação da ISA 700 revisada, representada pelo comportamento dos *accruals* anormais. No entanto, os resultados do teste não corroboraram a hipótese H1, contradizendo as expectativas e resultados apresentados por Reid et al. (2019).

No Painel B, foi utilizada a regressão principal com a inclusão da variável de controle NUM_RISKS, a qual tem o objetivo de verificar se a quantidade de PAAs efetivamente divulgados poderia influenciar em uma maior qualidade de auditoria. Verifica-se que na regressão aplicada utilizando a métrica ABS_ACC3, a variável de interesse POST apresentou-se positiva e estatisticamente significativa. Além disso, ao considerar a inclusão da variável de controle NUM_RISKS, verifica-se que a mesma também se apresentou estatisticamente significativa ao nível de 10%. Esses resultados são indicativos de melhoria na qualidade de auditoria na comparação do período pré e pós adoção do novo relatório do auditor, especialmente quando se leva em consideração as quantidades de PAAs divulgados. Essas descobertas apontam para a possível influência positiva da divulgação adequada de PAAs na melhoria da qualidade da auditoria, destacando sua importância na avaliação global do desempenho das organizações e eficácia dos procedimentos de auditoria.

Entretanto, o teste de Correlação de Pearson para a variável de interesse POST e variável de controle NUM_RISKS demonstrou correlação de 0,8669 no nível de significância de 5%, sendo assim, há alta correlação entre as variáveis, o que enfraquece o poder explicativo dos resultados até então obtidos. Assim, essa melhoria na qualidade de auditoria obtida por meio da métrica ABS_ACC3 poderia não refletir uma melhoria efetiva. No Painel B, para as métricas ABS_ACC1, ABS_ACC2 e ABS_ACC4, a variável de interesse POST não apresentou significância estatística e, portanto, não indica uma melhoria na qualidade de auditoria. Adicionalmente, foram realizados testes com métricas apresentadas na Tabela 4 Painel B, mas substituindo a variável de controle NUM_RISKS por NUM_RISKS_SIZE. Os resultados incluindo NUM_RISKS_SIZE na regressão não foram diferentes dos apresentados quando da inclusão do NUM_RISKS.

No Painel C, verifica-se que nas regressões aplicadas utilizando as métricas de ABS_ACC1, ABS_ACC2 e ABS_ACC3, a variável de interesse POST não é estatisticamente significativa. A métrica ABS_ACC4 apresentou coeficiente da variável de interesse negativo e estatisticamente significativo no nível de 5%, que indica queda na qualidade de auditoria, assim como mostrado no Painel A. Também foram realizados testes adicionais incluindo na regressão principal as variáveis NUM_RISKS e MUD_AUD e NUM_RISKS_SIZE e MUD_AUD, não havendo alterações significativas em relação aos resultados apresentados no Painel B. Portanto, as expectativas de que as modificações introduzidas pela ISA 700 revisada conduziram a uma melhoria na qualidade da auditoria não foram corroboradas pelos resultados da regressão, mesmo diante da consideração de fatores como a quantidade de pontos de auditoria divulgados e a mudança da firma de auditoria.

Em comparação com o estudo de Reid et al. (2019), especificamente em relação aos *accruals* absolutos anormais, foi utilizada a métrica com o Modelo de Jones modificado (1991), sendo obtida evidência de aumento na qualidade das demonstrações contábeis. No presente artigo, a métrica equivalente seria ABS_ACC1, sendo que os resultados não se apresentaram estatisticamente significantes. Nas demais métricas aplicadas por Reid et al. (2019) também não houve evidência de melhora na qualidade das demonstrações contábeis na comparação do período pré e pós adoção da ISA 700 revisada. Os resultados apresentados pelo atual estudo não apresentaram variável de interesse POST positiva significativa, portanto, sem indicação de melhoria na qualidade de auditoria, exceto evidências do Painel B que apresentaram resultado positivo e significativo no nível de 5% para a métrica ABS_ACC3 indicando uma possível melhora na qualidade de auditoria. No entanto, o poder explicativo desse resultado diminuiu devido à alta correlação identificada entre a variável de interesse POST e variável de controle NUM_RISKS. Apesar de resultar em evidência de melhora na qualidade de auditoria, há indicativos de que essa pode não ser efetiva.

Em resumo, os resultados das regressões apresentadas na Tabela 4 não mostraram significância estatística para evidências de melhora na qualidade da auditoria após a adoção da ISA 700 revisada. Esses resultados não corroboram a hipótese (H1) de que ocorreriam melhorias na qualidade da auditoria, indicando que, apesar dos novos requisitos de divulgação impostos aos auditores, as evidências empíricas sugerem que os procedimentos e testes praticados pelas firmas de auditoria não resultaram em aumento perceptível da qualidade da auditoria. É possível que a avaliação do ambiente de negócios e o mapeamento de riscos das empresas auditadas não tenham sido significativamente afetados pela mudança normativa. Essas descobertas apontam para a importância de uma investigação detalhada a respeito dos efeitos de mudanças regulatórias na prática da auditoria.

4.2.2 Honorários de auditoria

As mudanças na ISA 700 revisada, que tornaram os relatórios de auditoria mais extensos, contribuíram para um aumento perceptível no espaço ocupado nas divulgações das demonstrações contábeis. Esse aumento de extensão pode ter gerado custos adicionais de publicação para as empresas auditadas e, conseqüentemente, impactado em maiores honorários de auditoria, considerando a relação entre a extensão do relatório e os custos associados.

Os honorários de auditoria foram avaliados considerando a especificação do teste para H2 dado pela Equação (6). A variável dependente LN_FEE representa o logaritmo natural dos honorários de auditoria e espera-se que o coeficiente seja positivo e significativo.

Tabela 5
Honorários de auditoria

	LN_FEE_A	LN_FEE_B	LN_FEE_C
POST	0.0755	-0.109	-0.111
	(1.277)	(-0.908)	(-0.903)
NUM_RISKS		0.0701**	
		(2.023)	
NUM_RISKS_SIZE			1.080**
			(2.047)
MUD_AUD		-0.142**	-0.142**
		(-2.046)	(-2.045)
Constant	-3.206***	-2.964***	-2.998***
	(-4.338)	(-4.146)	(-4.248)
R ²	0.637	0.641	0.641
N	791	791	791

Notas: **LN_FEE_A**: Regressão principal sobre os honorários de auditoria. **LN_FEE_B**: Adiciona à regressão principal as variáveis NUM_RISKS e MUD_AUD. **LN_FEE_C**: Adiciona à regressão principal as variáveis NUM_RISKS_SIZE e MUD_AUD. Para todas as variáveis contínuas foi utilizada a técnica de *winsorize* nos níveis de 1° e 99° percentis, exceto as que estão na forma de logaritmo. N é o número de observações úteis para cada variável. A estatística t está apresentada entre parênteses. Os erros-padrão são robustos à heterocedasticidade. As regressões foram estimadas com efeito fixo da indústria, assim a variável IND_FE não apresenta resultados quando aplicado o modelo. Os níveis de significância estatística estão demonstrados por * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01, que representam, respectivamente, 10%, 5% e 1%.

Fonte: Autores.

A Tabela 5, coluna LN_FEE_A, representa o resultado da regressão principal com o coeficiente da variável de interesse POST não estatisticamente significativa. Esse resultado não indica aumento dos honorários de auditoria na comparação do período pré e pós adoção dos novos requerimentos aplicáveis aos relatórios emitidos pelos auditores. Essa constatação levanta questionamentos sobre a suposição de que mudanças regulatórias poderiam influenciar os custos associados aos serviços de auditoria, o que é corroborado pelos achados de Reid et al. (2019).

A coluna LN_FEE_B mostra a inclusão das variáveis NUM_RISKS, com o objetivo de verificar se a quantidade de PAAs efetivamente divulgados poderia influenciar em maiores honorários de auditoria e a variável MUD_AUD, com o objetivo de verificar se mudanças recorrentes de firmas de auditoria poderiam influenciar nos honorários de auditoria. O resultado para o coeficiente da variável de interesse POST também não foi estatisticamente significativa, diferente do esperado. Por fim, na coluna LN_FEE_C foram adicionadas as variáveis NUM_RISKS_SIZE e MUD_AUD. O resultado do coeficiente da variável de interesse POST foi negativo e estatisticamente não significativa, diferente do esperado. As evidências demonstram a complexidade dos fatores que determinam os honorários de auditoria e sugerem que as mudanças regulatórias podem não ter o efeito direto esperado sobre esses custos.

Ao analisar os resultados das regressões para LN_FEE_A, LN_FEE_B e LN_FEE_C, não se observou alteração estatisticamente significativa nos honorários de auditoria ao comparar o período pré e pós adoção dos novos requerimentos para o relatório do auditor. Esses resultados são consistentes com estudos anteriores, como o de Reid et al. (2019), que também não encontraram evidências de aumento significativo nos honorários de auditoria após a adoção desses requisitos. Essa conclusão também se assemelha aos achados de Gutierrez et al. (2018), que obtiveram coeficientes estatisticamente não significativos, sugerindo que os custos associados ao novo relatório de auditoria podem não ser substanciais em relação aos custos totais de auditoria.

5 CONCLUSÃO

Este artigo investigou os efeitos das modificações na ISA 700 revisada, que instituiu os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) na qualidade e os custos de auditoria. A análise foi realizada sob a perspectiva da oferta de auditorias, utilizando métricas como *accruals* anormais e percentuais de magnitude dos *accruals*. As regressões, considerando diferentes cenários e modelos, não forneceram evidências consistentes de melhorias na qualidade de auditorias após a adoção da norma.

O estudo também examinou os possíveis impactos nos honorários de auditoria, não encontrando alterações estatisticamente significativas após a implementação dos novos requisitos. Concluiu-se que, não existindo alterações na qualidade de auditoria, não haveria motivos para justificar aumentos nos respectivos honorários de auditoria, sendo consistentes com os estudos de Reid et al. (2019) e Gutierrez et al. (2018) no Reino Unido, mas conflitante com Li et al. (2019), que encontrou aumento significativo nos honorários de auditoria considerando empresas da Nova Zelândia.

Cabe ressaltar que todas as análises expressas neste trabalho em relação aos honorários foram consideradas dentro do contexto de limitações nos dados utilizados. Em alguns casos, os honorários de auditoria e não auditoria estavam sem segregação clara e sem especificação sobre o período a que se referiam, além de casos em que os honorários não foram divulgados, o que pode prejudicar a precisão das conclusões. Outra limitação se referiu à abrangência da amostra, que impediu a generalização da aplicabilidade dos resultados em outros contextos, especialmente em termos de diversidade cultural, socioeconômica e política.

Para pesquisas futuras, sugere-se explorar as alterações introduzidas pela ISA 700 revisada em diferentes contextos e setores. Pesquisas comparativas entre países e organizações podem fornecer *insights* sobre os desafios e as melhores práticas na sua implementação. Ainda, recomenda-se a realização de pesquisas aprofundadas utilizando a metodologia de estudo de caso, para investigar a eficácia da aplicação da ISA 700 revisada, especialmente no que diz respeito à qualidade das informações financeiras, detecção de fraudes e confiança dos *stakeholders*. Outra área promissora trata do impacto das mudanças tecnológicas e regulatórias no cumprimento da ISA 700 e como as firmas de auditoria estão se adaptando a essas transformações.

Em suma, o estudo concluiu que, durante o período de quatro anos em torno da adoção dos novos requisitos, não houve evidências de aumento na qualidade da auditoria ou nos honorários dos auditores para as empresas de capital aberto no Brasil. O trabalho contribui para a discussão sobre a utilidade da informação e a qualidade da auditoria, usando uma abordagem quantitativa e uma amostra significativamente maior em comparação com estudos anteriores.

REFERÊNCIAS

- Backof, A. G., Bowlin, K., & Goodson, B. M. (2022). The Importance of Clarification of Auditors' Responsibilities Under the New Audit Reporting Standards. *Contemporary Accounting Research*, 39(4), 2284-2304. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12802>
- Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability. *The Accounting Review*, 91(5), 1345-1362. <https://doi.org/10.2308/accr-51380>
- Brown, T., Majors, T. M., & Peecher, M. E. (2016). *The impact of a higher intent standard on auditors' legal exposure and the moderating role of jurors' legal knowledge*. Working paper, University of Illinois at Urbana-Champaign and University of Southern California.

- Burgstahler, D. C., Hail, L., & Leuz, C. (2006). The importance of reporting incentives: Earnings management in European private and public firms. *The Accounting Review*, 81(5), 983-1016.
- Carcello, J. V., & Li, C. (2013) Costs and Benefits of Requiring an Engagement Partner Signature: Recent Experience in the United Kingdom. *The Accounting Review*, 88(5), 1511-1546. <https://doi.org/10.2308/accr-50450>
- Carvalho, O. A. de, Pinheiro, L. E. T., Marques, V. A., & Takamatsu, R. T. (2024). Mapeando os Fatores Associados à Similaridade dos Principais Assuntos de Auditoria em Empresas Brasileiras Listadas. *Contabilidade Gestão e Governança*, 26(3), 413-440. <https://doi.org/10.51341/cgg.v26i3.3165>
- Chalmers, J. (2013). PwC Comment Letter o FRC Revision to ISA (UK and Ireland) 700: Requiring the auditor's report to address risks of material misstatement, materiality and a summary of audit scope.
- Cruz, A. F. A., Nardi, P. C. C., Figueira, L. M., & Silva, R. L. M. (2019). A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(40), 3-23. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n40p3>
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics* (3), 183-199. [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(81\)90002-1](https://doi.org/10.1016/0165-4101(81)90002-1)
- Dechow, P. M., & Dichev, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77(S1), 35-59. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco>
- Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016). The Effects of Critical Audit Matter Paragraphs and Accounting Standard Precision on Auditor Liability. *The Accounting Review*, 91(6), 1629-1646. <https://doi.org/10.2308/accr-51382>
- Goh, B. W., Lee, J., Li, D., & Wang, M. (2023). Informativeness of key audit matters: evidence from china. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 1-26. <https://doi.org/10.2308/AJPT-2020-099>
- Guedes, F. Y. A., Araujo, L. C. O., De Luca, M. M. M., & Corrêa, D. M. M. C. (2021). Mecanismos de Governança Corporativa e os principais assuntos de auditoria reportados pelas empresas listadas na B3. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 11(3), 04-22.
- Gutierrez, E., Minuti-Meza, M., Tatum, K.W., & Vulcheva, M. (2018). Consequences of Adopting an Expanded Auditor's Report in the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, 23, 1543-1587. <https://doi.org/10.1007/s11142-018-9464-0>

- Hanlon, M., Hoopes, J. L., & Shroff, N. (2014). The Effect of Tax Authority Monitoring and Enforcement on Financial Reporting Quality. *Journal of the American Taxation Association*, 36(2), 137-170. <https://doi.org/10.2308/atax-50820>
- Hope, O., Thomas, W. B. & Vyas, D. (2013). Financial Reporting Quality of U.S. Private and Public Firms. *The Accounting Review*, 88(5), 1715-1742. <https://doi.org/10.2308/accr-50494>
- International Standard on Auditing 700 (revised) – ISA 700 (revised). (2016, June). Forming an opinion and reporting on financial statements. <https://www.ifac.org/publications-resources/international-standard-auditing-isa-700-revised-forming-opinion-and-reporting>
- Jones, J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228. <https://doi.org/10.2307/2491047>
- Kachelmeier, S. J., Rimkus, D., Schmidt, J. J., & Valentine, K. (2019). The Forewarning Effect of Critical Audit Matter Disclosures involving Measurement Uncertainty. *Contemporary Accounting Research*, 37(4), 2186-2212. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12583>
- Kothari, S. P., Leone, A. J., & Wasley, C. E. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics* 39(1), 163-197. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.11.002>
- Lennox, C. S., Schmidt, J. J., & Thompson, A. M. (2023). Why are the expanded audit reports not informative to investors? Evidence from the United Kingdom. *Review of Accounting Studies*, 28(2), 497-532. <https://doi.org/10.1007/s11142-021-09650-4>
- Li, H., Hay, D., & Lau, D. (2019). Assessing the Impact of the New Auditor's Report. *Pacific Accounting Review*, 31(1), 110-132. <https://doi.org/10.1108/PAR-02-2018-0011>
- Matos, T. M. P. (2017). *O impacto de Key Audit Matters (KAM) na análise das demonstrações contábeis e na propensão a investir*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- Minutti-Meza, M. (2021) The art of conversation: the expanded audit report. *Accounting and Business Research*, 51(5), 548-581, <https://doi.org/10.1080/00014788.2021.1932264>
- McNichols, M. F. (2002) Discussion of the Quality of Accruals and Earnings: The Role of Accrual Estimation Errors. *The Accounting Review*, 77(S-1), 61-69. <https://doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.61>
- Pinto, I., & Morais, A. I. (2018). What matters in disclosures of Key Audit Matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*. <https://doi.org/10.1111/jifm.12095>
- Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB. (2017). *The auditor's report on an audit of financial statements when the auditor expresses an unqualified opinion and related amendments to PCAOB standards*. <https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/2017-001-auditors-report-final-rule.pdf>

- Reid, L. C., Carcello, J. V., Li, C., & Neal, T. L. (2019). Impact of Auditor Report Changes on Financial Reporting Quality and Audit Costs: Evidence from the United Kingdom. *Contemporary Accounting Research*. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12486>
- Ricquebourg, A. D. de, & Maroun, W. (2023). How do auditor rotations affect key audit matters? Archival evidence from South African audits. *The British Accounting Review*, 55. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2022.101099>
- Silviu, C. G., & Timea, F. M. (2015). New audit reporting challenges: auditing the going concern basis of accounting. *Procedia Economics and Finance*, 32, 216-224.
- Stubben, S. R. (2010) Discretionary Revenues as a Measure of Earnings Management. *The Accounting Review*, 85(2), 695-717. <https://doi.org/10.2308/accr.2010.85.2.695>
- Venturini, L. D. B., Barbetta, P. A., Borba, J. A., & Flach, L. (2023). Determinantes da Divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria nas Companhias Não Financeiras da B3. *Revista Catarinense de Ciência Contábil*, 22, 1-19. <https://doi.org/10.16930/2237-766220233390>

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Funções	1ª autora	2º autor	3º autor	4º autor
Conceituação	♦	♦	♦	
Curadoria de dados	♦			
Análise Formal	♦			
Obtenção de financiamento				
Investigação	♦	♦	♦	
Metodologia	♦			♦
Administração do projeto	♦	♦		
Recursos	♦			
Software	♦			
Supervisão		♦	♦	♦
Validação	♦	♦		
Visualização	♦	♦	♦	♦
Escrita – primeira redação	♦			
Escrita – revisão e edição	♦	♦	♦	♦

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores afirmam não haver conflito de interesses com relação a este trabalho submetido.